

**CONSELHO SUPERIOR****60ª Reunião Ordinária****Ata Resumida**

Local: Sala de Reuniões – Edifício Sede da Agência Espacial Brasileira

Brasília, 06 de maio e 03 de junho de 2009

RESERVADO

Observação: A 60ª Reunião do Conselho Superior foi iniciada no dia 06 de maio de 2009, interrompida em razão do adiantado da hora e terminada no dia 03 de junho de 2009. Esta Ata Resumida abrange toda a Reunião.

Iniciando a Reunião, foi dada posse ao seguinte Conselheiro: Ministro Alberto Figueiredo Machado, aprovada a Ata Resumida da 59ª Reunião Ordinária e aprovado o Temário Proposto para a 60ª Reunião Ordinária.

A seguir, o Presidente salientou ser a 60ª Reunião Ordinária do Conselho Superior da AEB, autarquia federal, criada em 10 de fevereiro de 1994, em substituição à COBAE, então subordinada diretamente à Presidência da República e atualmente vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e informou ter, no dia 29 de abril de 2009, prestado depoimento na Comissão de Altos Estudos do Congresso Nacional referente à Política Espacial Brasileira, ao Programa Nacional de Atividades Espaciais e à própria AEB.

Iniciando a parte temática da Reunião, foi dada a palavra ao Representante do MCT para apresentar a proposta de instrumento internacional sobre a continuação do Programa CBERS, a ser assinado entre o Governo brasileiro e o chinês.

O Representante do MCT, inicialmente, apresentou os antecedentes que originaram o documento proposto, informando que representa a possibilidade de dar prosseguimento a série de satélites CBERS tendo, como sensores, radares de abertura sintética – SAR, e que essa possibilidade tinha sido ratificada pelos diversos colegiados do

Programa CBERS - Brasil - China, e na Reunião do JPC em março de 2009 foi apreciado o "progress report" do projeto, que recebeu a denominação de CBERS/SAR, basicamente o conteúdo do documento que estava sendo analisado.

Como um segundo aspecto, salientou que, para consolidar a condição do Brasil de "potência ambiental" seria imprescindível ter uma adequada disponibilidade de observação satelital do território brasileiro, primordialmente da Amazônia. Que os sensores mais adequados para essa missão seriam do tipo SAR, pois atravessam a cobertura de nuvens, muito frequentes na região, e proporcionam observações do solo, mesmo sob a copa das árvores. Que o INPE vem realizando, com êxito, esforços para um monitoramento qualitativo e extensivo da Amazônia, utilizando não só os satélites CBERS como de terceiros países sendo esses esforços internacionalmente reconhecidos, como em publicação da revista "Science", em 2007, que para alcançar as metas de monitoramento da Amazônia o INPE necessitará, entre outros insumos, dispor de meios de observação por satélites com sensores SAR, e que o caminho natural seria pelo projeto CBERS/SAR.

Ainda a respeito, comunicou a ampliação da rede de recepção CBERS, não só à América do Sul e Caribe, mas também às Ilhas Canárias e vários países africanos, e que estava seguro de obter os recursos para a parte brasileira do CBERS/SAR, tendo como principal fonte o Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES, do qual é esperado um financiamento a fundo perdido da ordem de US\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de dólares).

Informou que o CBERS/SAR teria sensores SAR na banda "L", órbita héliossíncrona e operaria em dois modos, proporcionando nas trajetórias ascendentes 30 (trinta) metros de resolução e nas trajetórias descendentes 10 (dez) metros de resolução. Essas características seriam semelhantes às de sistemas que estão sendo projetados em outros países, para operação em médio prazo.

Que a banda "L" atenderia todas as necessidades nacionais, exceto as marítimas, que serão atendidas pelo sistema ENVSAT, cuja estação de recepção está sendo instalada em Cachoeira Paulista, com financiamento da Petrobras, mas cujos os dados serão de acesso público e gratuito.

Que o desenvolvimento, construção e operação do CBERS/SAR seriam em partes igualitárias entre a China e o Brasil, cujo detalhamento seria feito posteriormente, e que, embora a construção do CBERS/SAR esteja programada para após a do CBERS 4, essa programação deveria ser estabelecida tempestivamente, de modo a que o segmento industrial que participaria não se desmobilizasse.

Concluiu informando que a distribuição de dados CBERS/SAR seria também livre e gratuita para os países em desenvolvimento, como atualmente ocorre no programa CBERS, e que está sendo ampliada a

cooperação com a China, inclusive com a cessão ao Brasil de imagens oriundas de seu satélite H31A.

O tema, posto em apreciação pelo Conselho, originou diversos questionamentos e comentários.

O Representante da FINEP questionou quanto efetiva a transferência de tecnologias resultante do Programa CBERS/SAR, pois, quando das negociações iniciais do Programa CBERS, os chineses foram claros em se manifestar que não iriam fazer transferência de tecnologia em segmentos específicos.

O Representante do MCT informou que o detalhamento das responsabilidades entre o Brasil e a China na construção do CBERS/SAR seria feito posteriormente e com a participação da indústria nacional. Que, certamente, haveria segmentos com transferência de tecnologia em ambos os sentidos e em outros segmentos não existiria essa transferência, não só por decisão do lado chinês quanto do lado brasileiro, como, por exemplo, na tecnologia SAR.

O Presidente, complementou informando que antes de qualquer formalização do Programa CBERS/SAR seu detalhamento será submetido à apreciação do Conselho Superior.

O Representante do Comando da Aeronáutica consultou se já estava estabelecida a planilha referente a distribuição de custo-atividade de cada Parte, ressaltou a necessidade imperiosa de ser buscada um a maior participação das indústrias brasileiras na fabricação dos referidos satélites. Tal participação deveria ser de no mínimo na proporção percentual da participação brasileira nos custos do Programa. Salientou também a necessidade de buscar-se a efetiva transferência de tecnologia para as instituições brasileiras no âmbito do Programa CBERS. Recomendou a avaliação dos efetivos resultados par o Brasil referentes ao Programa CBERS, principalmente quanto à transferência de tecnologias consideradas críticas na área satelital. Quanto à construção de novos satélites, no âmbito de da cooperação Brasil China, recomendou que antes fosse realizado um balanço com a finalidade de identificar-se o valor percentual do desbalanceamento entre a participação brasileira e chinesa nos custos e na realização de trabalhos nas respectivas indústrias do Brasil e China.

Nesse balanço certamente aparecerá um desequilíbrio acentuado em favor da China, que no parecer do representante do Comando da Aeronáutica, deveria ser compensado de alguma maneira, como por exemplo, com a maior participação das indústrias brasileiras no desenvolvimento e construção de futuros satélites no âmbito da cooperação mencionada.

O Representante do MCT esclareceu ainda não existir uma detalhada distribuição das atividades quanto ao CBERS/SAR. Que a distribuição seria feita em razão das atribuições de cada Parte, sendo seus custos apenas estimados. Que, exceto a participação financeira no lançamento, todos os recursos brasileiros são despendidos na indústria

nacional e que o aumento da participação nacional no Programa dependeria de fatores políticos, capacidade da indústria nacional, aceitação pelo lado chinês e disponibilidade de recursos financeiros brasileiros.

O Presidente complementou informando ter tomado nota das sugestões do Representante do Comando da Aeronáutica e que seriam observadas pela AEB.

O Representante da Comunidade Acadêmica consultou sobre os impactos do Programa CBERS na produção científica nacional, em seus diversos aspectos e se haveria algum modo de agilizar o Programa CBERS/SAR.

O Representante do MCT respondeu informando que a estruturação do Programa CBERS/SAR foi precedida de ampla consulta a instituições universitárias e de pesquisa, consubstanciando efetiva participação da Comunidade Científica brasileira e ressaltou que cerca de 25% (vinte e cinco por cento) dos 1200 (mil e duzentos) trabalhos apresentados no último Simpósio de Sensoriamento Remoto eram baseados em imagens CBERS. Quanto à agilização do Programa CBERS/SAR, declarou que embora houvesse dependência da disponibilidade de recursos humanos, os recursos financeiros seriam os de maior importância.

O Representante do MRE salientou a importância do Programa CBERS na Amazônia, não só de interesse da sociedade brasileira, mas, também estrategicamente relevante no contexto internacional. Que o MRE endossava a continuação do Programa CBERS, inclusive por sua coerência com a diretriz da política externa brasileira de maior aproximação com a China, adicionalmente à sua atuação continental e em países africanos. Que, certamente, a continuação das negociações propostas deveriam se processar observando todos os aspectos e interesses envolvidos, e que parcerias com outros países deveriam ser exploradas, mas sem impedir a continuação do Programa CBERS.

O Presidente ratificou seu posicionamento quanto à carência de recursos humanos para execução do PNAE, salientando a necessidade da disponibilização de bolsas para o ágil aproveitamento de profissionais brasileiros de alto nível que são levados a permanecer no exterior ou em atividades diversas de sua formação por falta de meios para sua contratação.

O Representante do Ministério da Fazenda solicitou informação sobre o Fundo da Amazônia, se o pleito já teria sido encaminhado ao BNDES e quando seria efetuado o lançamento do CBERS/SAR.

O Representante do MCT informou que o Fundo da Amazônia é uma fonte de financiamento para ações de preservação da floresta amazônica, decorrentes de contribuições internacionais, gerido pelo BNDES, sendo pois seus recursos extra-orçamentários. Que o Governo da Noruega já tinha assumido contribuir significativamente para o Fundo nos próximos dez anos. Que o pleito para os recursos, ainda que o

assunto tivesse sido tratado informalmente com o BNDES, somente poderia ser oficialmente apresentado após maior detalhamento do Programa CBERS/SAR, e que as primeiras contratações industriais estavam previstas para serem iniciadas em 2011, e o lançamento em 2015.

O Representante da Comunidade Científica complementou que certamente o BNDES só poderia financiar o Programa CBERS/SAR se ele dependesse de recursos orçamentários, e que esse programa poderia alavancar o ciclo inovativo nacional, fortalecendo as ações dos centros tecnológicos, que, repassando seus conhecimentos ao segmento industrial, fariam chegar seus produtos ao mercado.

O Representante do Setor Industrial, primeiramente, declarou considerar o projeto do CBERS/SAR de qualidade e bom, inclusive as características do satélite proposto e que, inegavelmente, tem havido aquisições na indústria brasileira. Que sua discordância se concentra na falta do controle tecnológico do projeto pelo Brasil. Que a falta desse controle é um grande limitante, pois aumenta a dependência externa e não fortalece o Brasil como exportador de produtos da área espacial. Que cláusulas de "off-set" em contratos anteriores de lançamentos espaciais com a China não resultaram em efetivas aquisições no Brasil na área aeroespacial.

Que, em leitura da ata da VI Reunião do JPC, observou ser a proposta do CBERS/SAR brasileira, não estando registrada nenhuma reação favorável pelo lado chinês. Que poderia citar exemplos de segmentos do CBERS de responsabilidade brasileira que foram adquiridos na China, e, particularmente, considerava o interesse chinês no Programa CBERS com forte componente comercial, pois assegurava um mercado de lançamentos. Que o setor industrial era favorável ao projeto, mas deveria ser analisado como executá-lo. Que uma empresa brasileira tinha completo domínio da tecnologia SAR, o Brasil já dominava as questões estruturais do satélite e, com a afirmação do Representante do MCT teríamos a tecnologia para os sistemas de controle da atitude, poderíamos desenvolver um satélite SAR brasileiro, sem, necessariamente, a participação chinesa. Adicionalmente, ressaltou que embora o Conselho Superior já tenha aprovado as diretrizes para a revisão do PNAE entre as quais procedimentos de análise prévia dos projetos a serem incluídos, tal não estava ocorrendo no caso da proposta do CBERS/SAR. Concluiu propondo que o instrumento internacional referente ao CBERS/SAR não fosse referendado pelo Conselho Superior.

O Presidente, a respeito, salientou que a execução do PNAE tem aumentado a participação da indústria brasileira nos sistemas espaciais, o que era uma efetiva diretriz da AEB. Que a apreciação da proposta em análise estava sendo realizada em condições excepcionais de urgência. Que sob tal circunstância foi aventada a possibilidade de convocar o Conselho Superior em Reunião Extraordinária para apreciar exclusivamente a proposta do CBERS/SAR, mas o item foi incluído



naquela Reunião Ordinária por coincidências de datas. Que a agilização da apreciação da proposta do projeto CBERS/SAR foi por razões de Estado em face à programada visita presidencial à China, em próximos dias, que concordava não ser a forma mais adequada para a apreciação do projeto e que poderia garantir que não se repetiria. Que endossava a possibilidade de desenvolver um satélite SAR inteiramente brasileiro, pois reconhecia que o valor agregado na produção espacial de muito ultrapassava o de outros segmentos, mas deveríamos escolher as opções mais viáveis, pois tínhamos o desafio de progredir 10 (dez) anos a cada ano.

O Representante do MCT, primeiramente, declarou que as negociações com a Parte chinesa, que datam desde 2007, foram realizadas pelo INPE, segundo mandatos do Ministério da Ciência e Tecnologia e do então Presidente em Execução da AEB. Salientou que o papel da AEB é a ação política concernente às atividades espaciais, inclusive obtendo os recursos necessários, o do INPE é de execução das atividades decorrentes, segundo um Programa de Planejamento Estratégico e do Representante do Setor Industrial obter para a indústria brasileira o maior quinhão nessas atividades. Quanto à cooperação internacional, disse considerar de vital importância, pois além de repartir custos, pois os satélites não cobrem exclusivamente o território brasileiro, sendo portanto do interesse de outros países e, por experiência pessoal, tem observado que projetos de cooperação internacional recebem maior apoio governamental. Que o INPE, além do Programa CBERS, estava desenvolvendo satélites em cooperação com outros países. Que os projetos em desenvolvimento no INPE procuram equilibrar a cooperação internacional, aplicação social de tecnologias espaciais e a participação da indústria nacional. Que um programa exclusivamente baseado na tecnologia nacional não era mais viável, não sendo pois aplicável a metodologia aventada anteriormente para o denominado BSAR. Que, apoiado por negociações e estudos realizados, o desenvolvimento conjunto do satélite CBERS/SAR, como proposto, era o mais viável.

O Representante do Comando do Exército ressaltou que o Brasil não será, é uma potência ambiental, que o programa CBERS vem fornecendo satisfatoriamente imagens sobre a Amazônia, que experiências com imagens SAR, providas por satélite japonês, de características similares ao proposto, demonstraram serem adequadas às necessidades nacionais, razão pela qual o respaldava o projeto CBERS/SAR.

O Representante do MDIC ressaltou a importância de em todos os projetos de desenvolvimento tecnológico ser dada ênfase ao conhecimento brasileiro, desenvolvido e adquirido, e à participação efetiva da indústria nacional. Que se o CBERS/SAR atendesse esses requisitos e houver efetivo interesse da Parte chinesa, o projeto deveria ser aprovado.



O Representante do MPOG se manifestou favoravelmente ao projeto proposto, mas salientou que nas negociações de seu detalhamento deveriam ser seguidas as recomendações do Representante do Comando da Aeronáutica.

Em face às observações de vários Conselheiros, o Diretor de Política Estratégica e Investimentos da AEB - DEPEI procurou, com alterações no texto proposto, buscar alternativa de consenso, o que não foi conseguido.

O Presidente colocou em votação a proposta como consta do documento apresentado: "Protocolo Complementar ao Acordo - Quadro entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para Continuidade, Expansão e Difusão Internacional do Programa CBERS", esclarecendo que esse texto havia sido revisto em recente reunião na qual compareceram representantes do MCT, INPE, e MRE, e assegurou ser aquela uma situação de fato, decorrente de objetivos de Estado, que não mais se repetiria.

Em votação, a proposta do instrumento internacional que daria início aos procedimentos para o desenvolvimento cooperativo entre o Brasil e a China do satélite CBERS/SAR, dando continuação ao Programa CBERS foi referendada por maioria, com a ressalva que nas negociações de detalhamento do projeto deveria ser pleiteada maior participação brasileira, com a conseqüente utilização do setor industrial brasileiro, bem como buscando efetiva transferência de tecnologias.

O Representante da FINEP se absteve na votação e o Representante do Setor Industrial votou contra, solicitando que fosse registrado que seu voto contrário deu-se em decorrência de não ficar estabelecido que a Parte brasileira deveria responder por 70% (setenta por cento) do projeto.

Pelo adiantado da hora, a Reunião foi interrompida, ficando acordado que seria re-iniciada em data a ser fixada.

No dia 03 de junho a Reunião foi reiniciada, com a referência do Presidente sobre o acidente do vôo 447 da Air-France, no qual perdeu a vida o Professor Otávio Antunes, da UFRJ, juntamente com a esposa e filho. Em reverência, o Presidente solicitou um minuto de silêncio, que foi atendido no plenário.

O Presidente deu posse aos seguintes Membros: Ten. Cel. (Av) Hamilton Lima Da Rocha Callado Junior, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Capitão-de-Mar-e-Guerra João Dilermando Cordeiro Gonçalves Junior, Ministério da Defesa; Sr. Eduardo Rodrigues da Silva, Ministério do Planejamento; e Conselheiro Fábio Vaz Pitaluga, Ministério das Relações Exteriores.

Iniciando a parte substantiva da Reunião, o Presidente salientou, mais uma vez, a necessidade de agilizar o desenvolvimento das atividades espaciais, e salientou os esforços que estão sendo feitos para

tal pela AEB, pelo CTA e pelo INPE e em seguida, colocou em apreciação o Relatório Gerencial da AEB referente a 2008.

O Representante do Setor Industrial consultou a razão de não constar no Relatório Gerencial a decisão do Conselho Superior referente a decisão sobre a revisão do PNAE.

O questionamento foi respondido pelo Diretor da DPEI informando que o Relatório Gerencial é exclusivamente relacionado aos recursos financeiros disponibilizados à AEB e não tendo a decisão sobre a revisão do PNAE originado qualquer gasto específico não era citado naquele Relatório. Adicionou que era uma obrigação legal que o Conselho Superior apreciasse em sua primeira Reunião no ano subsequente, para posterior envio ao TCU.

O Relatório de Gestão da AEB referente a 2008 foi aprovado unanimemente pelo Conselho Superior.

O Presidente solicitou ao diretor da DPEI apresentar o item seguinte do Temário referente a execução de atividades em 2008 e perspectivas de execução em 2009, que, com auxílio de tabelas, apresentou detalhadamente a execução orçamentária de 2008 e a programação para 2009.

No referente a 2008 informou que o orçamento autorizado para o exercício foi de R\$ 279.000.000,00 (duzentos e setenta e nove milhões de reais) dos quais aproximadamente 79% (setenta e nove por cento) foram empenhados e executados. Salientou que pelo grande percentual da execução ocorrer no final do ano, é gerado significativo volume de "restos a pagar", que impacta a execução financeira do ano seguinte, e que estão sendo realizados esforços no sentido de reduzir essa obrigação financeira, indesejável na execução do orçamento de ano subsequente. Que a execução orçamentária de 2008 concentrou-se em satélites, com 38% (trinta e oito por cento), em lançadores com 16% (dezesseis por cento) e 36% (trinta e seis por cento) em infra-estrutura. Que a discrepância entre o executado e o liquidado na área de infra-estrutura era decorrente à ação "Estudos para Implantação do Centro Espacial de Alcântara" cujo principal elemento de despesa foi o Convênio com a Fundação Getúlio Vargas, assinado no quarto trimestre de 2008 e seria liquidado em 2009.

Em seguida, apresentou o quadro orçamentário para 2009, informando que, segundo diretriz do Ministério do Planejamento, a base da formação desse orçamento foi um conjunto de "projetos prioritários" da AEB: Centro Espacial de Alcântara – Fase 1, que se refere a lançamento a partir da área atual do CLA bem como a participação acionária brasileira na empresa binacional Alcântara Cyclone Space; Veículo Lançador de Satélite; CBERS ; Satélite Amazônia Um e Torre Móvel de Integração do VLS. Que, entretanto na LOA – 2009 somente R\$ 282.000.000,00 (duzentos e oitenta e dois milhões de reais) foram inicialmente alocados ao PNAE, e que se fosse reduzido dos R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) referentes à participação

acionária na ACS, o disponível para a execução dos projetos seria inferior ao alocado em 2008 de cerca de dois milhões de reais. Que esse valor era muito inferior ao necessário para a execução dos projetos prioritários, mas havia entendimento com o Ministério do Planejamento que aquele valor seria acrescido para atender a execução dos projetos prioritários.

O Representante do Comando da Aeronáutica, primeiramente, informou que uma das razões do valor elevado de "restos a pagar" é a demora na liberação dos recursos orçamentários e que situação similar deverá ocorrer em 2010. Em continuação, o Representante do Comando da Aeronáutica manifestou sua preocupação quanto ao atraso na liberação dos recursos para a infra-estrutura do CLA, de modo a possibilitar a preparação daquele Centro para o lançamento do Cyclone, previsto para 2010. Concluiu solicitando o registro de sua manifestação de, que se perdurar o citado atraso, o Comando da Aeronáutica não poderá garantir o término tempestivo da infra-estrutura do CLA para o lançamento do Cyclone.

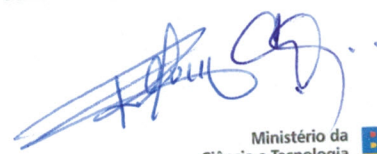
Os Representantes do Setor Industrial e da FINEP solicitaram esclarecimentos sobre a disponibilização dos recursos que iriam completar o montante necessário para a execução dos "projetos prioritários".

O Diretor da DPEI esclareceu que seriam recursos a serem oportunamente disponibilizados em reposição aos cortes ocorridos quando da apreciação da Proposta Orçamentária e que entendimentos nesse sentido foram estabelecidos entre o MCT e o Ministério do Planejamento.

O Representante do Ministério do Planejamento esclareceu que o estabelecimento do conjunto de "projetos prioritários" foi uma iniciativa da Secretaria de Planejamento daquele Ministério, visando a dimensionar as necessidades financeiras de projetos selecionados pelos Ministérios. Que os projetos do PNAE estavam incluídos no conjunto apresentado pelo MCT, e o Ministério do Planejamento, em razão da arrecadação, encaminharia propostas de alteração da LOA 2009 para atendê-los.

O Representante do MCT informou que o INPE, em 2008, tinha realizado uma liquidação financeira de cerca de 81% (oitenta e um por cento) do valor empenhado, e que em 2009 deveria apresentar melhor resultado, pois dos recursos disponibilizados cerca de 50% (cinquenta por cento) já estavam empenhados. Que o INPE vem realizando uma engenharia financeira com os recursos que lhe são alocados para, em face da redução orçamentária, não paralisar projetos em andamento, mas caso a complementação orçamentária não fosse autorizada em tempo, certamente alguns projetos teriam sua execução afetada.

O Representante do Setor Industrial questionou ter um dos "projetos prioritários" ser denominado CBERS 3 quando o CBERS 4 já estava em andamento.



O Representante do MCT esclareceu que a denominação de CBERS era decorrente de estar aquele satélite com seu término previsto para 2010, mas que nos projetos estavam incluídas atividades referentes ao CBERS 4.

O Diretor da DPEI complementou sua apresentação referindo-se à revisão do PNAE, que está em curso. Recordou que, conforme anteriormente apresentado ao Conselho Superior, a nova versão do PNAE seria composta de três segmentos: plano estratégico, plano de ações e missões e plano de operações. Que estava sendo elaborado um programa e respectivo cronograma para a revisão do PNAE e iniciada uma análise retrospectiva do PNAE. Que em seguida teriam início os efetivos trabalhos de revisão, cujo andamento seria acompanhado pelo Conselho, por meio da Comissão estabelecida para tal fim.

O Presidente, encerrando o tema reconheceu os transtornos na execução do PNAE decorrentes de liberações orçamentárias tardias, agravadas pela discrepância entre o necessário para a adequada execução dos "projetos prioritários". Informou que a AEB estava envidando esforços para sanar ou pelo menos minorar esses obstáculos, junto ao MCT, ao Ministério do Planejamento e mesmo em contatos com membros do legislativo. Quanto ao Centro Espacial de Alcântara, em razão de cessão de direitos de áreas territoriais de onde, inicialmente, era previsto o lançamento do Cyclone da ACS, a segmentos étnicos "quilombolas", o sítio de lançamento do Cyclone 4 foi transferido para o local no interior da área ocupada pelo Centro de Lançamento de Alcântara. Que embora continuem as negociações sobre essa área em questão, estão em curso estudos para localização de novos sítios de lançamento em outros estados. Salientou que a operação desses novos sítios não altera a característica do CLA de centro controlador dos lançamentos realizados desses sítios. Concluiu, informando que a AEB em 2009 tem intensificado as negociações de parcerias internacionais visando primordialmente agilizar a execução do PNAE.

O Representante do Setor Industrial iniciou a apresentação do item 5.1 da Agenda, sobre o Acordo de Cooperação com a Argentina, incluído na Reunião por sua solicitação, fazendo um relato cronológico de fatos que antecederam a contratação pelo INPE do sistema de controle de atitude para o satélite Amazônia 1. Que, em 2006, foi feito um "request for information" para esse sistema, pelo qual caberia ao Setor Industrial arcar com todos os impostos devidos, que três itens do sistema seriam fornecidos pelo INPE e que o prazo máximo de entrega seria de 30 (trinta) meses. Que, em outubro do ano de 2008, foi lançado edital a respeito, com entrega de propostas até 28 de outubro. Que a licitação foi suspensa por determinação judicial e em 17 de dezembro de 2008 novo edital foi publicado com a entrega de propostas marcadas para 02 de fevereiro de 2009, mas que em 28 de dezembro de 2008 o edital foi cancelado. Que a AEB, em 22 de dezembro de 2008 assinou um programa de cooperação com a Argentina, baseado em Acordo Quadro

existente entre os dois países, segundo projeto básico elaborado pelo INPE em 10 de dezembro, referente à fabricação do sistema de controle de atitude do Amazônia 1, citando a possibilidade de ser também usado no satélite Sabia Mar, que ainda não fora incluído no PNAE. Que esse Programa de Trabalho teria como base, cláusula de reciprocidade do Acordo Quadro, aplicável em projetos cooperativos, mas que essa cooperação não existia. Que por sua vez baseado nesse Programa de Trabalho, o INPE em 23 de dezembro elaborou uma solicitação de aquisição do sistema de controle de atitude fundando-se na necessidade de cumprir o cronograma do PNAE. Que em decorrência foi feita uma dispensa de licitação fundamentada em disposto em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional. Que a solicitação de compra foi efetuada no dia 26 de dezembro e a justificação técnica e do preço apresentado foi feita no mesmo dia, bem como o respectivo empenho, e que o contrato foi assinado no dia 31 de dezembro. Salientou que entre a data do projeto básico e a assinatura do contrato decorreram apenas quatorze dias e que na justificativa do preço o INPE não poderia ter usado os valores oferecidos pela indústria, pois as propostas não tinham sido abertas e que nas consultas iniciais havia uma variação de preço de 16 (dezesseis) milhões de reais. Acrescentou que as bases da consulta eram diferentes, pois incluíam todos os impostos, o INPE proveria apenas 3 (três) itens e não 7 (sete) como no contrato com a Argentina, e que o prazo de entrega foi estabelecido até 60 (sessenta) meses e não 23 (vinte e três) como na consulta inicial. Adicionou que o Contrato com a Argentina era de duas unidades do computador padrão CBERS, o que reduziria o custo. Que na contratação com a empresa argentina não estava clara a questão da propriedade intelectual, pois o contrato não incluía transferência de tecnologia. Que o Conselho da AEB não recebeu qualquer comunicação a respeito. Concluiu ressaltando que o Amazônia 1, embora divulgado como um satélite inteiramente nacional teria um sistema de controle de atitude Argentino e uma câmara inglesa.

O Presidente, a respeito, recordou que há três anos as indústrias de São José dos Campos se apresentam aos Editais da Subvenção Econômica da FINEP, mas não apresentaram fundamentos justificativos para recebê-la no desenvolvimento do ACDH. Que o projeto da PMM tinha considerável atraso e para não aumentá-lo foi realizado o contrato com a empresa argentina ENVAP, e que os recursos orçamentários teriam sido perdidos caso o contrato não fosse realizado até o final de 2008.

O Representante do MCT, a respeito, informou inicialmente que a Câmara de fabricação inglesa a ser embarcada no satélite Amazônia 1, era secundária, sendo a principal, de muito maior valor, encomendada à indústria nacional.

Quanto à aquisição do sistema de controle de atitude para o Amazônia 1, salientou a legalidade do feito, baseado em cláusula de reciprocidade existente no Acordo Quadro de Cooperação com a

Argentina, cláusula essa encontrada em outros acordos de cooperação. Recordou que a PMM está sendo desenvolvida desde a década dos 90s. Que a primeira licitação para a PMM foi feita pelo INPE em 1995, mas anulada por decisão judicial. Que igualmente foram anuladas por embargo de licitantes as de 1996 e 1997. Que nova licitação tinha sido tentada pela AEB em 2001, também inviabilizada por posicionamento de licitantes quanto ao sistema de controle. Que dessa tentativa, pela formação de consórcio, foram contratados os demais sistemas da PMM, que estão em construção. Em 2003, o INPE fez uma tentativa para desenvolver internamente o sistema de controle, mas por carência de recursos não obteve resultados. Que mais recentemente as indústrias da AIAB, como já mencionado acima, apresentaram-se aos Editais da FINEP da Subvenção Econômica, mas não lograram êxito. Que no final de 2008, para não causar maior atraso no desenvolvimento da PMM, foi feito o contrato do sistema de controle a empresa ENVAP, que já tinha amplo domínio sobre essa tecnologia, ressaltando que somente o componente computacional do sistema foi contratado à ENVAP, sendo os demais contratados à indústria nacional.

O Representante da FINEP esclareceu que a não aprovação dos pleitos na subvenção econômica deveu-se à análise do solicitado e não ao seu objeto. Consultou se os aportes financeiros anteriormente concedidos ao INPE não teriam propiciado condições para desenvolver o sistema de controle de atitude e se o contrato com a ENVAP proporcionaria uma efetiva transferência de tecnologia.

O Representante do MCT informou que o aporte financeiro da FINEP para sistemas inerciais, dos quais apenas 25% (vinte e cinco por cento) couberam ao INPE, foram utilizados para desenvolver uma infraestrutura no setor, tanto que todos os testes do sistema contratados à ENVAP seriam realizados no INPE, mas que esses recursos não foram suficientes para assegurar a capacitação para o desenvolvimento do sistema de controle de atitude do Amazônia 1, que equipes do INPE estavam acompanhando o desenvolvimento do sistema, e a efetiva absorção da tecnologia dependeria exclusivamente da atuação dessas equipes, uma vez que não existe nenhum impedimento contratual a respeito.

O Presidente salientou que recursos do Fundo Espacial também estavam sendo utilizados com essa finalidade, mas muito limitados em razão da escassez das fontes.

O Representante do Comando da Aeronáutica apresentou ponto de vista que essa seria uma oportunidade de absorção de tecnologias inerciais e que representantes do CTA e de indústrias deveriam integrar a equipe que está acompanhando o processo, e solicitou que fosse dada a palavra ao Subdiretor de Empreendimentos do CTA.

O Subdiretor de Empreendimentos do CTA esclareceu que aquela instituição, com recursos da FINEP, estava desenvolvendo duas plataformas inerciais, uma destinada a foguetes, de ações de curto tempo

e de alta agilidade e outra mais complexa de uso continuado que poderá ser utilizada em sistemas de controle de satélites, que são segmentos do sistema de controle que o INPE está desenvolvendo. Do mesmo modo, os recursos da FINEP foram utilizados para o estabelecimento de infraestrutura laboratorial de alta complexidade necessária ao desenvolvimento e testes dessas plataformas. Que a terceira e quarta fase do projeto serão executadas em 2009 e que o resultado final era previsto para 2010.

O Representante da Comunidade Científica indagou por que não havia o envolvimento acadêmico nesse projeto, de tema de grande importância nacional e reconhecidamente internacional, uma vez já existir a competência acadêmica brasileira para sua participação.

O Diretor de Satélites Aplicações e Desenvolvimento da AEB – DSAD recordou a existência do Programa UNIESPAÇO, que tem como objetivo incorporar toda a academia no domínio tecnológico necessário ao Programa Espacial Brasileiro e que o próximo edital daquele Programa incluiria especificamente a tecnologia inercial.

O Representante do MDIC salientou que a preocupação do fortalecimento da indústria nacional não era exclusivamente do Representante daquele setor mas um objetivo do Governo Federal. Que ratificava os esforços da AEB naquele sentido, mas que o processo somente se concretiza quando o conhecimento tecnológico desenvolvido em institutos de pesquisa era transferido às indústrias.

O Presidente afirmou ser essa a diretriz seguida pela AEB e que tem tomado ações para intensificar o relacionamento da AEB com o Setor Industrial.

O Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da AEB – DTEL relatou experiência pessoal sobre o tema, de que desde a década dos 70s o CTA iniciou ações relacionadas a sistemas inerciais, inclusive com a formação de recursos humanos. Considerou que se essas iniciativas tivessem sido mantidas e ampliadas haveria a adequada competência nacional. Não obstante, afirma, que se houver decisão a respeito e disponibilizar-se recursos haverá a possibilidade de, em prazo razoável, adquirir essa competência.

O Representante do Setor Industrial, ainda sobre o tema, reconheceu a existência de disputas entre empresas do setor, e para sanar essa situação, em 1998, por estímulo do então diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica, foi criada uma empresa, denominada “Espacial”, que atuaria como “prime contractor” para o desenvolvimento e construção de sistemas espaciais, utilizando todo o conjunto de empresas do setor na execução dos projetos, mas esse empreendimento não teve êxito por falta de apoio da AEB e do MCT.

O Presidente comunicou que a AEB estava se empenhando no estabelecimento de um programa de bolsas para formação e fixação de profissionais na área espacial. Em seguida, passou a palavra ao

Representante do Comando da Aeronáutica para apresentar o tema, cuja inclusão fora por ele solicitada e referente às atividades do PNAE sob a responsabilidade daquele Comando.

O Representante do Comando da Aeronáutica solicitou que fosse dada a palavra ao Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço do CTA - IAE que apresentaria o tema.

O Diretor IAE, como primeiro segmento de sua apresentação, informou sobre a criação de curso de graduação em engenharia aeroespacial no Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA, que estavam os preparativos acadêmicos e de infra-estrutura a respeito em andamento e que o curso deverá ser oferecido, a partir de 2010.

Quanto à construção da Torre de Integração, o Diretor do IAE informou que o contrato tinha sido reativado, que as obras estavam programadas para ter início em 15 de julho, com término em 2010, em tempo da realização do lançamento do VLS.

Quanto ao VLS, informou que o projeto do veículo, após acidente ocorrido em 2003, sofreu uma revisão total, inclusive com a participação de técnicos russos. Que um modelo de engenharia deverá estar pronto para testes, acoplado à TMI, no primeiro semestre de 2011. Que, no segundo semestre de 2011, seria feito o lançamento de protótipo tecnológico, composto pelos primeiro e segundo estágios. Que no primeiro semestre de 2012, seria lançado o veículo completo com carga útil de teste e que, no segundo semestre de 2012, seria realizado o primeiro lançamento operacional.

Quanto aos foguetes de sondagem, o Diretor do IAE, primeiramente salientou que, produzidos no Brasil, estão entre os melhores existentes no mercado mundial. Eles estão sendo utilizados em vôos do Programa Microgravidade da AEB e exportados para vôos em programas similares da Agência Espacial Alemã. Que o Comando da Aeronáutica considerava estar o desenvolvimento desses foguetes terminado e que procedimentos estavam em curso para transferir sua produção para o Setor Industrial brasileiro.

Em continuação a sua apresentação, o Diretor do IAE fez referência da atuação do CTA na área dos hipersônicos. Informou que o CTA está realizando o desenvolvimento do engenho hipersônico 14X, e foi convidado a participar do Programa Hi-Fi que está sendo realizado entre os Estados Unidos e a Austrália e no Programa europeu SHEFEX, dirigido a foguetes de sondagem com re-entrada e que essas iniciativas ainda estavam em negociações e que oportunamente seriam oficialmente apresentadas à AEB. Ainda no referente a veículos com re-entrada, recordou estar em curso no CTA o projeto SARA.

O Representante da FINEP consultou sobre o montante de recursos envolvidos nessas atividades e se existiam recursos da FINEP para o desenvolvimento do VLS.

O Diretor do IAE informou que estão sendo dispendidos cerca de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) anualmente e que os

recursos da FINEP são utilizados na infra-estrutura operacional do CTA e no projeto SARA.

O Diretor da DTEL informou que estava sendo estabelecido um mecanismo para transferir parte de desenvolvimento do VLS para a indústria nacional, por meio de um consórcio de empresas e que edital a respeito estava sendo elaborado.

O Presidente complementou essa informação, com elementos adicionais do Diretor da DPEI, participando que aspectos jurídicos administrativos do edital estavam sendo apreciados, de modo a garantir que não viesse ser contestado, reafirmou a participação da FINEP em financiamentos na área espacial mas considerou ser necessário o estabelecimento por aquela empresa de uma linha de atuação dedicada à área espacial, ação que deveria ser seguida pelo Ministério da Defesa e pelo BNDES. Que esse direcionamento asseguraria significativo crescimento do setor espacial da indústria brasileira. Que os institutos de pesquisa, notoriamente os do setor militar, vêm realizando desenvolvimentos de alta qualidade, mas que somente se consubstanciarão efetivamente quando transferidos para a indústria.

Ainda em "outros assuntos" o Presidente salientou o sistema desenvolvido pelo Coronel Aviador Nilo Andrade que, simulando antena de maior ganho, obterá significativa melhora na resolução de imagens obtidas com sensores SAR.

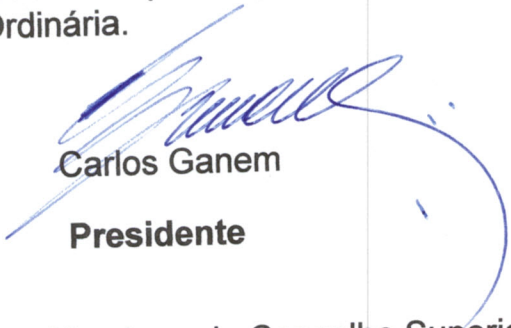
O Presidente também comunicou a assinatura de instrumento internacional entre Brasil e a China que permitirá o acesso de países africanos a imagens CBERS.

Complementando o tema, o Presidente relatou que estava levando ao Ministro da Ciência e Tecnologia cinco temas da área espacial que mereciam especial atenção. Primeiramente citou o projeto Sentinela, um satélite de observação da Amazônia, concebido em um conjunto de empresas nacionais do setor, que estava sendo apreciado pelo Ministério da Defesa, ao qual tinha sido encaminhado via MCT. Em seguida fez referência ao satélite MAP/SAR que o INPE estava desenvolvendo cooperativamente com a DLR da Alemanha. Citou como terceiro tema o satélite Sabiá-Mar que está sendo desenvolvido com a Argentina, por força de acordo governamental, cujos recursos seriam providos especificamente pelo Ministério do Planejamento, e como quarto tema o satélite geoestacionário brasileiro, que deveria ser essencialmente brasileiro. Como último tema, referiu-se ao desenvolvimento do VLS, que quando operacional poderá integrar o mercado de lançadores de satélites de pequeno porte.

O Presidente informou a saída do Engenheiro Raimundo Mussi de Secretário Técnico do Conselho, que se despediu do Conselho, e que seria substituído pela Dra. Nélia Leite na Chefia do Gabinete.

Sob o acordo que a 61ª Reunião Ordinária do Conselho seria realizada na segunda quinzena de setembro do ano corrente, na sede da

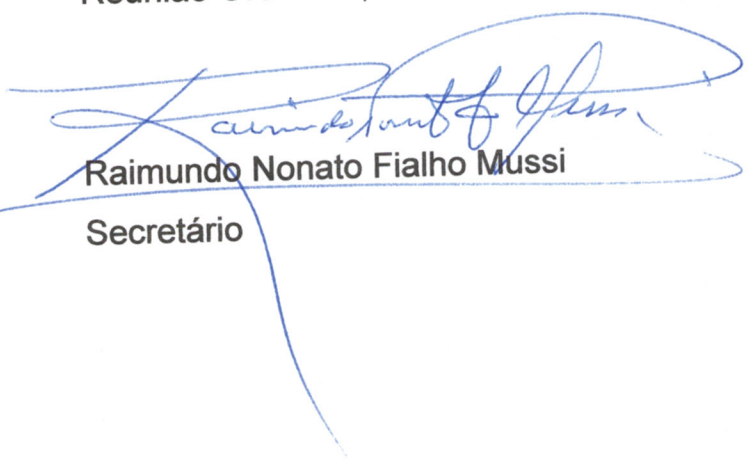
AEB, o Presidente, agradecendo a presença dos Conselheiros, deu por encerrada a 60ª Reunião Ordinária.



Carlos Ganem

Presidente

Aprovada pelos Senhores Membros do Conselho Superior na 61ª Reunião Ordinária, ocorrida em 28 de abril de 2010.



Raimundo Nonato Fialho Mussi

Secretário